

Os arquivos como vocação e a arquivologia como profissão

O falecimento de **Marilena Leite Paes**, em janeiro de 2020, tirou de cena uma das mais destacadas profissionais da arquivologia na segunda metade do século XX. A intenção de publicar a entrevista realizada em 2006 e 2007, para minha pesquisa de doutorado, tornou-se um dever de memória. Neste depoimento, Marilena Leite Paes reporta-se ao momento de seu ingresso na Fundação Getúlio Vargas (FGV), ao longo processo de institucionalização do sistema de arquivos da fundação, à criação e atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), à luta pela regulamentação da profissão de arquivista e ao papel do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), entre outros temas.

Arquivista e graduada em biblioteconomia pela Universidade Santa Úrsula (USU), Marilena Leite Paes foi funcionária da FGV entre 1954 e 1993. Neste período, idealizou e tornou realidade um padrão de organização e funcionamento do sistema de arquivos que se tornou referência para instituições públicas e privadas. Fez do Arquivo Central da FGV um “centro” de atração de profissionais em busca de capacitação, metodologias e conhecimento das práticas arquivísticas. O trabalho inicial ao lado de Maria de Lourdes Costa e Sousa foi ganhando corpo ao longo dos anos com a formação de uma equipe. Ao preocupar-se com o registro e a sistematização dos

métodos e técnicas adotadas, escreveu um manual e criou as bases para a publicação do seu livro *Arquivo: teoria e prática* (1986), obra seminal e objeto de novas edições e inúmeras reimpressões.

Depois de décadas de dedicação aos arquivos e à documentação na FGV, aceitou o desafio de “tirar do papel” o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). A convite de Jaime Antunes da Silva, então diretor-geral do Arquivo Nacional e presidente do Conarq, Marilena colocou a serviço do novo órgão sua larga experiência técnica e capacidade de gestora, entre 1994 e 2011. As realizações e a dinâmica dos trabalhos do Conarq tiveram, sem dúvida, a marca de suas digitais.

Sua trajetória esteve associada de forma definitiva à excelência do sistema de arquivos da FGV e à criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros e da profissão de arquivista. Ao lado de outros nomes da área, foi uma militante incansável na defesa da função dos arquivos na sociedade. Fez parte de uma geração de mulheres que conquistou espaço no mundo do trabalho e descortinou os desafios da gestão dos arquivos. Detentora de conhecimento teórico e prático, Marilena era rigorosa na aplicação dos conceitos e métodos que defendia e disseminava. Muitos profissionais da arquivologia perderam uma mestra. Sua obra, contudo, permanece.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Gostaria de iniciar nossa entrevista pedindo que nos falasse um pouco dos seus pais, sua infância, enfim, sua origem familiar e social.*

[Marilena Leite Paes] Fui criada na cidade do Rio de Janeiro. Meu pai era engenheiro da prefeitura e depois passou a ser do estado e minha mãe, como todas as mulheres da época, era dos “serviços do lar”. Tinha sido professora antes de casar e, depois que casou, parou de trabalhar e ficou tomando conta da casa, dos filhos e do marido. O primário inteiro eu fiz na Urca, no Externato Cristo Redentor, um colégio muito bom. Geralmente seus alunos iam para os grandes colégios do Rio, Sacre Coeur de Marie, Sion, as meninas, e os meninos iam mais para o São Bento e o Santo Inácio. Depois de lá, na época que tinha o admissão, eu passei para o Colégio Sacre Coeur de Marie, e fiquei lá, fiz o ginásio, depois fiz o técnico de secretariado.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Era um bom colégio?*

[Marilena Leite Paes] Tínhamos aula de religião todos os dias, tinha trabalho para fazer, mas não era uma coisa muito rígida. Ele tratava da formação das moças, mas era uma coisa mais liberal do que outros colégios da época. O colégio de freiras sempre tinha aquela coisa de aprimorar a educação das meninas, a gente saía com uma boa formação. Acabei lá o curso de secretariado, e quando eu estava no 3º ano, em outubro [de 1954], eu perdi um irmão, com dez anos de idade. Foi uma bomba atômica na família. Uma coisa muito abrupta. E então foi uma fase difícil, eu já estava pensando em universidade, pensando muito em fazer engenharia, acho que por influência também do meu pai, e eu sempre gostei de matemática, de álgebra.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Seu pai era engenheiro.*

[Marilena Leite Paes] Sim. Eu gostava muito de matemática, ele era um professor que eu tinha dentro de casa, ele era um bom matemático. E eu gostava muito, porque ele era didático. E, por causa da morte do meu irmão, eu fiquei meio perdida. Fiquei muito afetada com isso. O ano começou e eu não fiz o vestibular. Comecei a estudar para um concurso de oficial administrativo na prefeitura. O concurso se realizou e, no meio, foi suspenso por quebra de sigilo. O tempo foi passando e, mais ou menos em outubro, eu fui para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), substituir uma funcionária

que tinha entrado de férias, para ficar um mês e trabalhar no protocolo da FGV. Aí já começa um pouco o início da minha profissão nessa área.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] E como foi essa experiência inicial?

[Marilena Leite Paes] Passado um mês, quando já estava terminando, fui chamada pela direção do órgão – o setor chamava-se Serviço de Comunicações – e recebi o convite para continuar trabalhando na fundação. Nessa altura eu tinha 19 anos. Na época, conversei com meu pai e ele disse: “Aceita. Você vai e depois vê o que faz da sua vida”. Então entrei via protocolo, quer dizer, pelo caminho certo. Comecei pelo protocolo, arquivo corrente e aí fui ficando. Teve um curso de aperfeiçoamento em arquivos com a Maria Luiza Dannemann¹ lá na fundação. Aí comecei a me interessar. Naquela época a FGV tinha muitos convênios com a ONU [Organização das Nações Unidas], com a OEA [Organização dos Estados Americanos], enfim, com universidades da França, da Alemanha, para aperfeiçoamento de pessoal da área de administração, e eu ficava muito preocupada com aqueles convênios, nos quais eu dava entrada no protocolo, registrava, e depois nunca mais via. Então, de vez em quando, eu me perguntava: “O que é que aconteceu com isso?”, ficava preocupada.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Você chegou à FGV em 1955. O que existia em termos de arquivo?

[Marilena Leite Paes] Não tinha nada. Existia o protocolo, que se chamava Comunicações e Arquivo, então não existia nada, na verdade. Existia o protocolo, sim, mas com essa característica da estrutura da fundação, muito individualizada, as coisas iam para os órgãos [escolas e institutos], cada um tomava conta da sua documentação, e não voltava para esse “pseudoarquivo”. A fundação começou a crescer. Não se estudava classificação de documentos, falava-se muito de sistema de protocolo e processos, que era o sistema do serviço público. Estudavam-se os métodos alfabético, geográfico, era bem simples mesmo.

¹ Maria Luiza Dannemann, funcionária do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), fez estágio nos Estados Unidos para conhecer práticas arquivísticas. Ministrou cursos de treinamento em arquivos e atuou no Arquivo Nacional. Durante a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964), participou como docente do Curso de Preparação de Pessoal de Arquivo, em 1959. Integrou o Conselho Deliberativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) na década de 1970 e foi colaboradora da revista *Arquivo & Administração*.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Chegamos ao final da década de 1950. Queria que você falasse sobre a mudança que ocorre. Como foi essa mudança? Tem a chegada da professora Lourdes Sousa Costa, uma pessoa muito importante na sua trajetória.

[Marilena Leite Paes] Passavam pelas minhas mãos papéis importantes, convênios, e não via o fim. “Onde é que está essa documentação?” Comecei a falar com os superintendentes da época. “Doutor Aluísio Guimarães, estou preocupada. Nós temos um nome de protocolo e arquivo, mas eu não tenho o arquivo”. De vez em quando eu ia lá, reclamava, reclamava. Até que um dia, em 1959, mais ou menos julho ou agosto, eu estava na minha sala, quase na hora de almoço, quando entra o presidente Luís Simões Lopes² com os assessores dele, inclusive o doutor Aluísio, que era o superintendente, e doutor Alim Pedro, que era o diretor-executivo. Eu abri um armário, desses de aço, puxei uma pasta, uma pasta grossa. Eu digo: “Isso aqui é uma pasta que tinha 32 documentos, só, mais ou menos, eu guardei o número, isso aqui é o que volta para ser arquivado no chamado ‘arquivo da Fundação Getúlio Vargas’. Mas, o senhor pode ver, o que vem para cá, geralmente, é agradecimento de relatório, de publicações, não tem nada de importante. E isso é uma coisa que me preocupa muito”. Aí, depois é que eu percebi que ele começou a me fazer perguntas, acho que estava me testando, porque quando acabei de falar, ele virou para mim e perguntou: “A senhora não quer fazer o Arquivo da Fundação Getúlio Vargas?”. Eu levei um susto e disse: “Olha, eu até gostaria de fazer, mas eu não sei arquivo para isso”. Eu digo: “Olha, se o senhor não tiver alguém, algum especialista, algum técnico que queira vir para cá fazer, eu vou fazer com muito prazer”. Foi aí que veio a resposta. Na semana seguinte ele mandou a Lourdes [Sousa Costa]³ lá, me chamou e me apresentou. Isso foi mais ou menos em julho, acho, de 1959, e já começamos a trabalhar naquele

² Luís Simões Lopes nasceu em Pelotas (RS), em 1903. Entre 1930 e 1937, foi oficial de gabinete da Presidência da República, colaborando ativamente na reforma administrativa do governo federal, que culminou na criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), do qual foi presidente entre 1938 e 1945. Em 1944, assumiu a presidência da recém-criada Fundação Getúlio Vargas (FGV), cargo que ocupou por muitos anos. Morreu no Rio de Janeiro, em 1994.

³ Carioca, Maria de Lourdes Costa e Sousa nasceu em 1908. Foi admitida pelo Dasp em 1938, por concurso público. Participou de cursos de especialização em arquivos nos Estados Unidos. Atuou como consultora em arquivos empresariais, com destaque na implantação do sistema de arquivos da Fundação Getúlio Vargas. Foi assistente de José Honório Rodrigues na direção do Arquivo Nacional. Ajudou a criar a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2000.

semestre, evoluímos rapidamente, fazendo levantamento em todos os órgãos da fundação.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Ela tinha alguma formação? Como foi o processo de trabalho?

[Marilena Leite Paes] Depois nós começamos a estudar a estrutura da fundação, e a Lourdes, como servidora do Dasp, tinha feito um curso de especialização de arquivista nos Estados Unidos. Sob a presidência de Luís Simões Lopes, o departamento mandou uma pessoa de arquivo, que era a Lourdes, e Janice Monte-Mór,⁴ bibliotecária, para fazer a parte de biblioteca, e mandou o Otto Raulino, que era o arquiteto, para estudar arquitetura de arquivos. Quer dizer, ele era um homem que, naquela época, tinha uma visão já de documentação, um apaixonado por documentação. E aí foi que eu aprendi tudo que eu sei de arquivo, que eu comecei a fazer tudo com a Lourdes, comecei da estaca zero. Nós aprendemos juntas muita coisa. Técnica ela trouxe, mas aprendemos muita coisa. Ah, depois desse curso que ela fez nos Estados Unidos, de dois anos e meio, ela voltou e foi trabalhar na Organização das Nações Unidas (ONU). Foi convidada para trabalhar em arquivos. E aí ela disse assim: “Olha, a estrutura do arquivo de lá deve servir para cá”. Porque a ONU também tinha aquela característica dos departamentos especializados e a fundação tinha institutos, escolas de economia, de administração pública.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Fale um pouco mais sobre a estruturação inicial do Arquivo da FGV.

[Marilena Leite Paes] Depois nós fomos estudar essas fichas [do levantamento]. E aí é que entrou a experiência da Lourdes na ONU. Como é que a gente vai organizar esse arquivo? Vamos fazer um arquivo central?” – que era o modelo da época. Fazer um arquivo só, um protocolo só, aquele sistema de serviço público que era adotado. Mas ela também era uma pessoa meio inconformada e disse: “Não, eu acho que na fundação não

⁴ Jannice de Mello Monte-Mór fez o curso superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1947). Foi bibliotecária da Fundação Getúlio Vargas entre 1947 e 1957. Acompanhada de Lydia de Queiroz Sambaquy, realizou um extenso programa de estudos nas principais bibliotecas públicas e centros de documentação da Europa e da América do Norte, entre 1951 e 1952. Foi vice-presidente do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) entre 1965 e 1966. Foi diretora da Biblioteca Nacional entre 1971 e 1979. Faleceu em 2005.

vai dar não. Eu acho que a gente podia copiar o sistema da ONU”. Aí começamos a trabalhar em cima disso, desse modelo, para ver se daria certo. A gente criaria, em cada um desses grandes órgãos, um arquivo setorial, que na época a gente chamava de Núcleo de Arquivo. Se você pegar a documentação dessa época, vai ver os núcleos de arquivo, seriam os arquivos setoriais de hoje. E começamos a trabalhar sobre essa possibilidade, começamos a cada vez mais ir conversando, aí entramos na fase de entrevista, conversando com os dirigentes, com as pessoas que trabalhavam, o que é que achavam da ideia. Porque também tinha isso, havia uma necessidade de ter junto de si a documentação. A gente não ia fazer um enfrentamento direto. Também tinha essa parte política. Doutor Simões chamou a Lourdes, fez uma portaria me designando, nós fomos fazendo o levantamento. Quando foi chegando perto de novembro – nós fomos trabalhando com aquela documentação levantada, mas a gente queria ver se implantava logo no começo do ano seguinte – quando nós chegamos, mais ou menos, uns dois meses antes do fim do ano, nós pedimos para o doutor Simões baixar uma portaria pedindo que todos os órgãos designassem uma pessoa, pelo menos, para trabalhar com os arquivos. Nós fizemos um curso de treinamento. Não tínhamos nem normas, fizemos umas “norminhas” de como receber, como encaminhar, eram umas três folhinhas do manual, que depois nós transformamos em “manual grosso”. Ainda não tínhamos o código de classificação pronto, mas nós fizemos um treinamento para começar a funcionar no começo do ano.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] O apoio da direção ajudava. E qual foi o passo seguinte? A estruturação do Arquivo Central?

[Marilena Leite Paes] Quando já estava engrenando bem a situação, eu criei o Arquivo Central. Porque o Arquivo Central seria o arquivo permanente, e dentro dele, quer dizer, o coração do arquivo permanente era a coordenação dos arquivos setoriais. Tanto que fiz questão de botá-lo no meio. Quer dizer, ele é o centro. Porque tudo que vai lá para dentro vem de lá. Não é? Então é preciso que ele venha bem arrumado pra depois ser bem guardado no arquivo permanente. A coordenação eu trouxe e implantei ali dentro do arquivo permanente. Aí é que nós fomos conseguindo. Como eu disse, eu fui trabalhando um pouquinho, na medida do possível, com esses arquivos nesses depósitos. Arranjei uma área maior e tivemos de fazer a avaliação dessa documentação acumulada, que nunca tinha sido feita.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Fale um pouco sobre a ideia de criar um sistema de arquivos.

[Marilena Leite Paes] Essa ideia de sistema de arquivo na fundação foi antes da ideia de sistema para o serviço público, do trabalho com sistemas. Então, realmente, foi uma atividade inovadora. Nem se falava ainda de administração por sistemas. Então vai ser separado: você vai descentralizar, mas não pode descentralizar e deixar solto. Primeiro, precisava haver uma harmonia de classificação, tinha que falar a mesma linguagem, trabalhar do mesmo jeito, porque isso um dia iria para um lugar só. A fundação sempre teve uma estrutura específica. Essa estrutura da Fundação Getúlio Vargas determinou a criação de um sistema de arquivos, numa época que não existia, não se falava em sistema, então isso motivou.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Você destacou o aprendizado com a Lourdes Sousa Costa. Mas qual a bibliografia disponível no final dos anos 1950 e início dos anos 1960?

[Marilena Leite Paes] A literatura que tinha o arquivo naquela época, eu não me lembro se ela trouxe, deixou aqui no arquivo, não lembro. Eu me lembro da gente estudando alguns poucos livros que eram: o Manual dos Holandeses, quer dizer, tudo... Era o Manual Holandês que era o básico, o Manual de Schellenberg que também era básico e o que mais? Tinha mais uns dois ou três livros e só. Porque naquela época era difícil importar, era difícil ter tudo. A gente trabalhou muito na base do “erro e do acerto”. Porque não tinha modelo também, para a gente seguir, para a gente visitar. Eu tive dificuldades de literatura, de modelos, de experiências para cortar caminho. Então, eu sempre tive essa preocupação de escrever as coisas. Quando eu fiz a primeira tabela, o primeiro código, eu mandei fazer na gráfica da fundação. Eu tinha uma preocupação, se precisava de vinte códigos, pedia autorização para fazer cem e vender a preço de custo, só para pagar o papel, que se vendia na nossa livraria, para as pessoas que queriam o modelo, e assim foi... Acabou que o código [de classificação] foi incluído no manual que eu fiz com as rotinas. E sempre que eu fazia essa publicação, ou revisava, fazia uma nova edição, tinha a preocupação de fazer a mais para vender na editora. E a nossa tabela [de temporalidade] também, a mesma coisa, quer dizer, é o conjunto, ela integra esse manual. Então, eu tive essa preocupação de fazer para divulgar e oferecer isso como uma experiência, para as

peças poderem dali retomar o caminho, não precisarem começar do zero como eu comecei.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Gostaria que você falasse sobre a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros na década de 1970, para a qual teve um papel importante.

[Marilena Leite Paes] Eu gosto muito de dar os nomes às pessoas, os méritos que as pessoas têm. A criação, o momento da criação, a inspiração da criação, sem dúvida nenhuma foi do [José Pedro] Esposel.⁵ Ele, na época, era chefe do arquivo do Banco Central, e nós não nos conhecíamos. Um belo dia, eu recebi um telefonema na fundação, e eu já dava uns cursinhos aqui e ali, e ele telefonou para mim, dizendo: “Ah, você não me conhece. Olha, eu estou procurando manter um contato com todas as pessoas de arquivo que eu tenho conhecimento, que estão fazendo algum trabalho especial na área, porque eu estava querendo fazer uma reunião para ver o que é que nós podemos fazer em relação à arquivologia no Brasil, porque ninguém valoriza etc. Então eu queria fazer uma reunião para a gente juntar forças, porque eu estou percebendo que tem pessoas interessadas fazendo trabalhos, mas soltas. Talvez fosse interessante”. Bem, fizemos uma reunião nas instalações do Banco Central, no dia 14 de abril de 1971. O Esposel expôs as ideias dele: “Eu tive conhecimento de vocês, são pessoas que estão fazendo curso, estão fazendo trabalho na área de arquivo... E eu acho que talvez, quem sabe? Se a gente, junto, não poderia fazer alguma coisa para valorizar a nossa profissão de arquivo.” Isso foi no dia 14 de abril. Nós saímos de lá com a decisão tomada de criar uma associação de arquivistas, porque a gente tem que ter um órgão por intermédio do qual a gente possa falar, para conseguir coisas. Individualmente, é difícil. Nós dali já fizemos uma pequena comissão para trabalhar nos estatutos, e acabamos fazendo o registro no dia 20 de outubro.

⁵ Formado em direito (1955) e geografia e história (1959), José Pedro Esposel concluiu o Curso Permanente de Arquivos (CPA) do Arquivo Nacional em 1965. Foi fundador e primeiro presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) por dois biênios, 1971-1975. Doutor em história (USP, 1974), foi, por muitos anos, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atuou no curso de arquivologia. Funcionário do Banco Central, foi chefe do Arquivo da Diretoria Regional do Rio de Janeiro.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Quem fazia parte desse grupo inicial?

[Marilena Leite Paes] Foi um grupo de idealistas que se reuniu na hora certa, no momento certo e com as pessoas certas. Um acabou saindo, o grupo depois ficou mais reduzido, mas é daquela base inicial que foi construída a sustentação do arquivo. Era muita vontade, era idealismo puro mesmo, a gente acreditava muito naquilo que a gente fazia! A gente até depois brincava que já estava dando certo, de vez em quando, quando nós nos reuníamos, dizíamos assim: “Nós somos um grupo de malucos!”, porque era maluquice mesmo, mas era uma maluquice santa e o negócio acabou dando certo. Mas foi bonito, foi um momento que eu lembro com muita saudade, com muito prazer. Tinha Helena Machado⁶ e Lourdes, porque a Helena foi a terceira [presidente], Esposel foi por dois anos, depois foi Helena, depois fui eu. Porque no núcleo, núcleo mesmo fechado, era o Esposel, Helena Machado, eu, Lourdes e Regina Vieira, mas tem mais pessoas que trabalhavam muito com a gente. A década de 1970 é fundamental, foi o grande arranco. É o que eu costumo dizer, a gente não pode tirar o mérito do Esposel, ele foi realmente fundamental porque tudo surgiu com ele, que um dia resolveu levantar os nomes das pessoas. Então foi um trabalho, realmente, que a gente trabalhava com afinco, com uma vontade, fazia um sacrifício. E até nisso eu tenho que citar o Simões Lopes de novo, porque, quando eu fui presidente, fui conversar e ele me abriu as portas da fundação. Nisso ele cedeu a sala, que ficou lá durante anos, mesmo depois que eu saí, até a Lia [Temporal].⁷ A Astréa de Moraes e Castro⁸ é outra figura importante da arquivologia brasileira. Ela teve

⁶ Helena Corrêa Machado nasceu no Rio de Janeiro, em 1922. Na década de 1940, ingressou na administração pública municipal por meio de concurso público. Bacharela em biblioteconomia pela Biblioteca Nacional (1962) e mestra em administração pública (1964), assumiu em 1963 a Divisão de Documentação do Estado da Guanabara. Participou do grupo fundador e foi presidente da AAB entre 1975-1977. Foi diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro entre 1984 e 1990.

⁷ Bacharela em biblioteconomia pela Biblioteca Nacional, Lia Temporal Malcher ingressou por concurso público na prefeitura do então Distrito Federal, em 1955, para atuar na área de bibliotecas. Em 1976, assumiu a direção do Arquivo Municipal, onde permaneceu até 1983. Posteriormente, foi diretora-adjunta da Biblioteca Nacional, chegando ao posto de diretora interina no biênio 1989-1990. Foi presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) entre 1981-1985 e 1993-1997.

⁸ Astréa de Moraes e Castro ingressou na Câmara dos Deputados em 1960, onde atuou nas seções de expediente, de sinopse e na transferência do órgão para Brasília. Em 1965, prestou concurso público e fez estágio no Arquivo do Itamaraty e no Arquivo Nacional. No início da década de 1970, participou do grupo que criou a AAB e foi diretora do Núcleo Regional de Brasília. Teve uma longa trajetória na Câmara dos Deputados, onde dirigiu o arquivo. Faleceu em 2019.

um papel relevante na aprovação, pelo Conselho Federal de Educação, do parecer autorizando a criação de cursos superiores de arquivos em todo o país.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Um ano depois da criação, vocês organizaram o I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Fale um pouco sobre essa “ousadia”.*

[Marilena Leite Paes] Foi mais ou menos assim, uma loucura mansa. Foi feito com muito idealismo. Não tínhamos dinheiro e meia dúzia de associados. Não tínhamos uma empresa para organizar. Contamos com apoios diversos. Uma jornalista do O Globo fazia a divulgação na sua coluna. Por meio do Esposel, conseguimos que o pessoal de artes da universidade fizesse o cartaz com o símbolo do congresso. Conseguimos gratuitamente o Palácio Tiradentes. E, mais uma vez, devemos ao doutor Simões Lopes, porque todo o material, as circulares, trabalhos e toda a programação foram feitos na gráfica da FGV. E foram 1.200 pessoas inscritas, de todo o país!

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *A AAB teve um papel importante por construir uma “agenda” de lutas. Uma delas foi a regulamentação da profissão de arquivista, que acabou acontecendo durante sua gestão na presidência. Hoje, qual a avaliação que você faz?*

[Marilena Leite Paes] Era um processo que vinha e eu tive a incumbência de encaminhar. A Astréa de Moraes me avisou que o Célio Borja, presidente da Câmara dos Deputados, era uma pessoa muito sensível aos arquivos e dava muito apoio ao arquivo da Câmara. Então, um dia eu telefonei para o escritório do Célio Borja aqui no Rio, falei com a secretária e expliquei que estávamos com uma legislação pronta para encaminhar. Para minha surpresa, ela me disse: “Ele vai estar no Rio no dia tal, às tantas horas, a senhora pode vir aqui?”. Eu nem pensei. Falei com a Lourdes: “Você vai lá comigo?” Bem, ele deu atenção total e nós precisávamos de um patrono para poder encaminhar, dar apoio. Deixa eu voltar um pouquinho. Nós estávamos com outra frente aberta, porque a filha do [Ernesto] Geisel, Amália Lucy, era historiadora, e alguém sugeriu: “Por que a gente não entrega o projeto para ela? E assim foi feito. E ele [Geisel] encaminhou para o Congresso. Foi nesse momento que eu conversei com o Célio Borja. Pouco depois, eu e Lourdes fomos a Brasília. Ele marcou uma reunião no Congresso e disse: “Vou fazer o seguinte: eu vou levar

vocês a todos os gabinetes das comissões...”, acho que era das comissões, enfim, eu não me lembro, eu sei que passamos em vários gabinetes. [Ele] nos levou ao [Marco] Maciel, e também ao líder da maioria, que era o José Bonifácio, da Arena, e tinha o da oposição, que era o Tancredo Neves. Não houve problema nenhum. Depois, fomos a Brasília para a cerimônia de assinatura [da lei], convidadas pela Presidência da República. Tudo foi conseguido com entusiasmo.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Mas qual a avaliação que você faz hoje?*

[Marilena Leite Paes] Naquela época, eu fiz o meu papel, levei para adiante a história. Lourdes e eu tínhamos uma preocupação muito grande, porque os cursos de arquivologia ainda não tinham terminado, quer dizer, você estava regulamentando uma profissão que ainda não existia na verdade, você não tinha um corpo. Acho que naquele ano ia sair a primeira turma, a segunda... Mas foi uma questão de se aproveitar uma oportunidade. Nós tínhamos uma preocupação, porque ainda não tinha um corpo de profissionais formados para poder funcionar aquela coisa. Nós tínhamos medo que aquilo pudesse dar na água... Mas depois a coisa cresceu bem. Se você perguntar, acho que foi uma coisa boa.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Mudando um pouco de assunto: como você vê a influência das “escolas” de arquivologia sobre os profissionais brasileiros?*

[Marilena Leite Paes] Acho que foi uma sucessão de escolas. Quando eu comecei nessa área de arquivo o que a gente tinha era francês, era até por uma herança aqui do Arquivo Nacional, que trouxe o Boullier de Branche,⁹ trouxe o Schellenberg também... Depois misturou com o americano. Mas, inicialmente, eu acho que tinha muita influência francesa e, logo em seguida, a influência americana. Então a gente ficou assim. Isso, inclusive, eu me lembro bem. Quando eu fui assinar revistas na Fundação Getúlio Vargas, assinei a *Gazette des Archives* e a revista americana, para ter duas realidades diferentes. Também eram as melhores coisas que havia

⁹ Henri Boullier de Branche era arquivista-paleógrafo e diretor dos Serviços de Arquivos de Sarthe (Le Mans), na França. Durante a gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional, veio ao Brasil em missão técnico-científica, como expert em arquivos na administração pública. Entre agosto de 1959 e julho de 1960, atuou como docente no Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo e desenvolveu um programa de trabalho que resultou no Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil, publicado em 1960.

na época, eram as duas influências grandes que a gente tinha. Todo mundo tinha essa influência, até mais francesa. A base desse pessoal antigo do Arquivo [Nacional] todo era a base francesa, a Wilma Schaefer¹⁰ a Regina [Alves Vieira],¹¹ todo mundo, a base era a escola francesa, até por causa da influência do Boullier de Branche, depois veio o Schellenberg. Mas o Boullier trabalhou aqui, ele fez um inventário. Enfim, e durante muito tempo eram essas duas escolas. Depois começou a despontar o Canadá. Teve uma época que foi até curioso, eu não posso precisar o tempo. Na mesma época que começou a florescer muito o Canadá, a se destacar bastante, o arquivo americano estava meio quieto, passou um tempo assim, parece que hibernando, não apresentava grandes novidades. E depois do Canadá, mais recentemente, a Austrália. A Espanha tem também muita influência na escola em São Paulo.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Você conheceu Celina Vargas do Amaral Peixoto na FGV, onde ela criou o Cpdoc no início da década de 1970. Como você acompanhou a gestão da Celina no Arquivo Nacional na década de 1980?*

[Marilena Leite Paes] É um marco, um divisor de águas com certeza. Foi um salto para um futuro, porque saiu de uma mentalidade para uma visão. A Celina¹² tinha uma visão ampla, do mundo, inclusive, a própria formação profissional dela. E depois a experiência dela com o Cpdoc [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil] teve uma ligação mais direta com essa parte da documentação, mas ela tinha na veia uma coisa importantíssima que fez mover a mola: o dom da política. Então ela removeu obstáculos enormes que, às vezes, para outras pessoas, que podiam até ter vontade, eram mais difíceis. Ela conseguiu

¹⁰ Wilma Schaefer Corrêa foi documentalista do Arquivo Nacional, onde ocupou vários cargos, entre eles o de chefe do Serviço de Registro e Assistência. Participou do Estágio Técnico Internacional de Arquivos, nos Arquivos Nacionais da França, Paris. Integrou a diretoria e o conselho deliberativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) entre 1971 e 1981.

¹¹ Regina Alves Vieira foi documentalista do Arquivo Nacional, onde ocupou vários cargos, entre eles o de chefe da Seção dos Ministérios e chefe substituta do Serviço de Documentação Escrita. Participou do Estágio Técnico Internacional de Arquivos, nos Arquivos Nacionais da França, Paris. Foi presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) no biênio 1979-1981.

¹² Celina Vargas do Amaral Peixoto graduou-se em sociologia pela PUC-Rio e fez doutorado pela Sorbonne, França. Foi fundadora e diretora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entre 1980 e 1990, foi diretora-geral do Arquivo Nacional. Foi diretora-geral da FGV entre 1990 e 1997 e diretora técnica do Sebrae (RJ) entre 1999 e 2006.

recursos. Trouxe estrangeiros para cá, trouxe equipe nova, gente nova, investiu em capacitação. Realmente a presença dela foi fantástica. Eu acompanhei um pouco de longe e um pouco de perto, porque em algumas ocasiões ela me chamava para participar de algumas reuniões. Quando na hora da Lei [de Arquivos], eu fui a várias reuniões.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Você acompanhou a elaboração do projeto da lei?*

[Marilena Leite Paes] Sim. Porque já existia um Sistema Nacional de Arquivos, mas era um sistema que não tinha condição de funcionar. Por quê? Só o arquivo permanente era do Arquivo Nacional. Isso foi até motivo de um trabalho que apresentei na abertura do Congresso [Brasileiro de Arquivologia], no Hotel Glória. Foi a questão desse conflito de legislação. Ficou inviabilizado. Usei uma expressão: “paralisado no tempo”. Era como se fosse um monstro com duas cabeças. Mesmo depois [da Lei de Arquivos], houve um momento difícil. Tínhamos o Siga [Sistema de Gestão de Documentos da Administração Pública Federal] e ainda outros sistemas, que eram o Sisp [Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação] e o Sisg [Sistema de Serviços Gerais], no Ministério da Gestão. Tivemos várias reuniões e foi difícil conseguir fazer o Siga sair. Eles estavam agarrados àquele sistema. O protocolo ainda ficou lá, e não dá mais para interferir. Mas foi uma luta muito grande que aconteceu nessa época. Então, o que a Celina conseguiu com a lei n. 8.159 foi fundamental: reunir as fases do arquivo. Eu costumo dizer até: “Olha, isso aí a gente divide para trabalhar, sabe? É a mesma coisa de um móvel grande, você divide em três, quatro, fica mais leve, mas é um armário só”.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Desde 1994 você vem atuando junto à direção-geral do Arquivo Nacional na coordenação das ações de implantação e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). O que acha da lei n. 8.159? Como vê o papel do Conarq?*

[Marilena Leite Paes] Acho que ela pode ser aperfeiçoada. Mas é uma boa lei. Também penso que é uma questão de evolução, nem acho que esteja nesse momento [de mudança]. Mas o Conarq deveria ter mais autonomia, porque vinculado ao Arquivo Nacional é meio complicado, não tem orçamento, não tem quadro de pessoal. Na época que eu vim para cá, andei recolhendo esses regimentos de conselhos para estudar. Geralmente esses conselhos são vinculados ao ministério... O presidente é o ministro,

entendeu? Agora, eu acho que o grande avanço do Conarq, para mim, foi a sensibilização das pessoas, mesmo das próprias autoridades. Lógico que não é geral ainda, tem muita gente que não valoriza o arquivo, mas eu sinto um interesse cada vez maior, as pessoas querendo entender o que é isso, o que é arquivo... Eu acho que, nesse ponto, o papel, a missão do Conarq está sendo cumprida, como definir as políticas e consultas, às vezes muito importantes. As pessoas nos procuram porque sentem que nós somos abalizados.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *A questão é chegar aos dirigentes, convencê-los.*

[Marilena Leite Paes] Aos dirigentes. A nossa preocupação é muito disso. Agora, nós temos uma meta que ainda está por alcançar, que é muito complicada. De um modo geral, num balanço geral, como você disse, é isso. Eu acho que, hoje em dia, é difícil você encontrar alguém nesse país que não sabe o que é Arquivo [Nacional], o que é Conarq, principalmente. Algumas pessoas já me disseram isso: “Marilena, às vezes as pessoas não sabem o que é o Arquivo [Nacional], mas o Conarq, sabem”. E conseguimos, estamos conseguindo, aos poucos, desacomodar um pouco as pessoas.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Qual é, na sua visão, a questão central dos arquivos ou da arquivologia? É possível dizer?*

[Marilena Leite Paes] Eu acho que a avaliação é a questão central da arquivologia, e na minha cabeça ela é. Se você resolver bem em classificação e avaliação, os problemas de arquivos desaparecem todos, porque, veja bem, o que é um arquivo permanente? É o resultado que vem do corrente. Se ele já vem organizado, avaliado, selecionado, depurado, você faz um arquivo permanente com um pé nas costas, não vai ter problema! Hoje você tem problema porque é tudo desorganizado, não tem nada classificado, não tem nada avaliado. Eu acho que realmente é o ponto. Essa questão da classificação e da avaliação, acho que elas trabalham juntas, e que é muito difícil, porque você pode ter um quadro de classificação muito bem feito, mas tem que saber interpretar. A base da classificação é a boa interpretação. Então a classificação é complexa por isso, porque varia, tem uma parte subjetiva. Mas o cerne da questão é: o que é que essa pessoa quer com essa documentação? Qual foi a intenção dela ao fazer isso? Essa finalidade é que você tem que ter o cuidado de observar. É lógico que é preciso fazer

uma remissiva, mas não é todo dia, nem toda hora. Para isso, você tem que conhecer muito bem a instituição. No caso da fundação, por exemplo, a gente tinha classes de economia, classes de assunto; tinha toda a parte de ensino; de assistência técnica; de editoração, publicações. Não quer dizer que eu tenha que ter uma economista para fazer uma boa classificação, não quer dizer que eu tenha que ser uma doutora, uma mestra em administração para fazer, mas eu tenho que lidar com aquilo com bom senso, não é só o bom senso. Tem que conhecer um pouquinho, sim!

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Gostaria que falasse um pouco sobre as tabelas de temporalidade, já que falamos de classificação e avaliação.*

[Marilena Leite Paes] A tabela de temporalidade é imprescindível, mas nunca esqueçam que ela não é fatal, tem que ser atualizada. Você tem que sempre analisar. Ela dá o roteiro para você, mas não é fatal. O fato de dizer seis anos, sete anos, dez anos, não necessariamente tem que ser aquilo, pode ser vinte, pode até virar permanente. Então é um parâmetro. Avaliação é isso. Eu acho que uma tabela não é um ponto final das coisas, ela é um parâmetro que você usa. Por isso você ficar assegurando que o documento já nasce classificado e avaliado é perigoso, porque leva as pessoas a ficarem muito bitoladas. Ainda sobre avaliação, lembro de um trabalho que a Rosely Rondinelli¹³ apresentou, e que achei muito interessante. São dois arquivistas, Maynard Brichford e Leonard Rapport, se não me engano americanos, que ajudam nesse conceito mais antigo de avaliação.¹⁴ São dois conceitos mais modernos, que ajudam muito. Eu nunca tive problema nenhum com relação à avaliação, com essa dicotomia de historiador, seja lá do que for. Sempre foi muito claro... Eu defini assim: primário é aquilo para que eu fiz. Se eu fiz esse documento para consertar aquela chave, o primário é esse, é consertar a chave. Depois mais alguma

¹³ Graduada em história e arquivologia e doutora em ciência da informação (Ibict/UFF). Atuou como arquivista da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) desde 1983, quando ingressou no Arquivo Histórico da instituição. Em 1994, assumiu a chefia do Serviço de Arquivos do Museu do Índio/Funai. Regressou à FCRB no ano de 2007, passando a integrar a equipe do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Aposentada da FCRB, integra o Caribbean and Latin America InterPARES Dissemination – CLAID TEAM, do Projeto InterPares.

¹⁴ O trabalho de Rosely Rondinelli ao qual Marilena Leite Paes se refere é “Avaliação de documentos: o desafio maior”, apresentado na sessão plenária sobre avaliação de documentos durante o X Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em São Paulo, em 1994. Participaram ainda da sessão Nilza Teixeira Soares, Frederico Silveira Santos, Manuel Vázquez e Maria Izabel de Oliveira. Posteriormente, o trabalho foi publicado no Boletim da AAB.

coisa, é o valor secundário. Agora, eu acho que é difícil, às vezes, as pessoas entenderem esse valor secundário, porque tem gente que acha que tudo é, e tem gente que acha que nada é. Como sempre, a virtude fica no meio. Então esse é o problema da seleção, da avaliação. Esse é o segredo da avaliação, você encontrar o ponto. Você vai fazer uma avaliação, vai guardar uma montanha de papel, porque, um dia, alguém pode pensar e perguntar alguma coisa, é completamente fora de propósito. Então eu acho que esses dois conceitos são duas perguntas, que toda vez que a gente tem dúvida pode se perguntar: isso é concebível? É, até que é. Mas é realizável? Vale a pena? Até o custo físico, o custo financeiro de guardar uma montanha de documentos... Porque quanto mais você guarda, mais é difícil achar o que é importante também.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] O termo “gestão” hoje é amplamente utilizado na área dos arquivos. Ele alcança diferentes etapas e atividades. Como você vê isso?

[Marilena Leite Paes] Quando a gente fala hoje em dia de gestão, eu acho que o conceito é mais completo. Naquela época, era mesmo arquivo corrente, porque era mesmo arroz com feijão. Gestão é mais completo, eu acho que hoje é mais gestão, sim, e o arquivo corrente está misturado no meio. Porque naquela época o arquivo corrente era mais ou menos organizar a documentação corrente, classificar, emprestar. Hoje em dia a visão é bem mais ampla, inclui a conservação, a informática. Então a gestão pega tudo, tudo está relacionado, eu acho que tem que ter a gestão mesmo, está tudo muito intrincado. E atualmente eu já acho que gestão é tudo, não é só de arquivo corrente. Se eu tenho um programa de gestão de documentos, tem arquivo corrente, tem intermediário, permanente, tem tudo o que você quiser, mas o programa é de gestão... Porque tudo está relacionado.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] A classificação é uma das funções arquivísticas. Sobre ela existem muitas discussões de natureza teórica e metodológica. Você poderia falar um pouco sobre a classificação e as diferentes “escolas” arquivísticas?

[Marilena Leite Paes] Por exemplo, aqui no Rio de Janeiro, numa grande parte do Sul, Sudeste, tirando São Paulo, a gente fala muito em assunto de arquivo. Se você falar em assunto de arquivo, o pessoal de São Paulo grita: “Arquivo não tem assunto. Não se usa assunto em arquivo!”

É uma posição equivocada. Eu já fiz uma pesquisa, no próprio livro do Schellenberg, *Arquivos Modernos*, ele fala muito em assunto. Até mesmo quando faz uma descrição de organização, mas uma descrição de documentação de arquivo permanente, ele fala nos fundos, fala nas séries, fala em assunto. Parece que você está falando em pecado mortal, entendeu? Você pega um código de classificação em São Paulo, uma tabela, eles botam lá: função, atividade. E eu já disse para eles: “Quando a gente fala ‘assunto’ é a função. Muda o nome, mas na verdade é isso!” Quer dizer, você não chega num arquivo corrente: “Ah, eu quero a documentação da função do pessoal, eu quero da função...” “Qual é a função que você quer?”. A pergunta normal é: “Qual é o assunto que você quer?”. Você não pergunta: “Qual é a função?”, não é? “É escala de férias?”. É aquele documento que você fala isso. É claro que está implícito. Dentro de quê? De uma função, de uma atividade pessoal.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Sua trajetória profissional por quase quatro décadas foi toda realizada na Fundação Getúlio Vargas. Como foi receber o convite do Arquivo Nacional?

[Marilena Leite Paes] Foi muito engraçado. Ele [Jaime Antunes]¹⁵ me telefonou. Eu saí da fundação no dia 31 de dezembro de 1993. Não disse nada para ninguém que tinha saído. Eu estava pensando o que ia fazer da minha vida, e um belo dia, mais ou menos em fevereiro de 1994, recebo um telefonema do Jaime: “Marilena, estou acabando de saber que você saiu da fundação. Não acredito!” Fiquei lá 38 anos! Eu disse: “Pode acreditar que saí numa boa, como eu queria”; ele se virou e disse: “Marilena, você não quer vir trabalhar no Arquivo Nacional?”. Ele tinha uma chefia disponível no setor de informática, ou outro nome, logística, em razão da saída de uma funcionária para morar em outro estado. Eu disse que não pretendia chefiar mais nada e agradei a lembrança do meu nome. Ele então disse assim: “Mas eu tenho outro cargo. Você sabe, o Conarq está no papel, eu queria instalar o conselho. Como você tem experiência com sistema, eu queria saber se você gostaria...”. Isso me interessava. Ele logo me passou inúmeros projetos e comecei efetivamente em julho. Em 15 de

¹⁵ Jaime Antunes da Silva é bacharel em arquivologia pelo Arquivo Nacional (1971) e bacharel e licenciado em história pela UFRJ (1978). É professor do curso de história da Uerj. Ingressou no Arquivo Nacional em 1965 e foi diretor-geral de 1992 a 2016. Foi presidente do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) de 1994 a 2016. Foi presidente da Associação Latino-americana de Arquivos (ALA) de 2005 a 2007 e de 2011 a 2015.

dezembro de 1994, instalamos o Conarq. Foram seis meses. Era muita coisa nova do ponto de vista do escopo da ação. Com relação à segunda parte da conversa, eu nunca perguntei isso a ele, mas acho até que ele queria mesmo era que eu viesse coordenar o Conarq.

Entrevista realizada em 15 de agosto de 2006 e 23 de janeiro de 2007, na sede do Arquivo Nacional, por Paulo Roberto Elian dos Santos.

Referências

- INSTITUTO Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). *Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil*. Rio de Janeiro: IBB, 1971.
- CASTRO, Astréa de Moraes e. *Arquivologia: sua trajetória no Brasil*. Brasília: Stilo, 2008.
- MARQUES, Angelica A. da C.; RODRIGUES, Georgete M.; SANTOS, Paulo R. E. dos (org.). *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: AAB; Faperj, 2014.
- SILVA, Maria Leonilda Reis da. *História e memória do Arquivo Central da FGV*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.